

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 868.949 - RS (2016/0054173-8)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS
ADVOGADOS : LUIS RENATO FERREIRA DA SILVA - RS024321
LÚCIA HELENA SPEGGIORIN CELIBERTO - RS047287
VINÍCIUS DE OLIVEIRA BERNI - RS051477
BERNARDO CAPELLI BORELLA - RS082732
AGRAVADO : ALBERTO MOREIRA DA SILVA
ADVOGADOS : ADALBERTO LIBÓRIO BARROS FILHO - RS031340
LÚCIO MACHADO FONTOURA - RS035747
LEO GOMES DE ALMEIDA - RS034283
VICTOR HUGO RODRIGUES DA SILVA - RS048178
AGRAVADO : ALCIDES FERNANDO FRANCO DA SILVA
AGRAVADO : ANACREONTE DORVAL CORREA XAVIER
AGRAVADO : ANTONIO THADEU MAY
AGRAVADO : MAURI BREGOLIN
AGRAVADO : EDGAR ATILIO POMPERMAYER
AGRAVADO : EMILIO DIVINO GALIAO RAMOS
AGRAVADO : ENIO FERNANDO FERNANDES
AGRAVADO : JOSE CARDOSO LOPES
AGRAVADO : SERGIO GRAFF MODERNEI
AGRAVADO : MARIA HELENA VIEIRA
ADVOGADOS : ADALBERTO LIBÓRIO BARROS FILHO - RS031340
VICTOR HUGO RODRIGUES DA SILVA - RS048178
AGRAVADO : CARMO FRANCISCO DE SOUZA
AGRAVADO : VARDELIR PECKER BRUM
ADVOGADO : ADALBERTO LIBÓRIO BARROS FILHO E OUTRO(S) - RS031340

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DISCREPÂNCIA ENTRE O CÁLCULO HOMOLOGADO E O QUE RESTOU CONSIGNADO NO TÍTULO EXEQÜENDO E DEMAIS DECISÕES JUDICIAIS. DETERMINAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS. DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME." (fl. 3015)

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação aos arts. 535 do Código de Processo Civil de 1973, sustentando, em síntese, existência de omissão no acórdão recorrido quanto ao critério de cálculo.

Apresentada contrarrazões às fls. 3079-3089.

É o relatório.

Não se vislumbra a alegada violação ao art. 535 do CPC/73, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexistente qualquer omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pela recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Impende ressaltar que *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte"* (AgRg no Ag 56.745/SP, Relator o eminente Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 12.12.1994).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator